

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.929 - PR (2019/0165510-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ**
ADVOGADO : **ALEXANDRE SALOMÃO E OUTRO(S) - PR035252**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**
PACIENTE : **DAVERSON MOURA SERAPHIM (PRESO)**
PACIENTE : **SANDRO MORETTI JUSSELINO MANICOBA (PRESO)**
PACIENTE : **MARCIO SILVA SALGADO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por DAVERSON MOURA SERAPHIM, SANDRO MORETTI JUSSELINO MANICOBA e MARCIO SILVA SALGADO desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Depreende-se dos autos que os recorrentes encontram-se em custódia preventiva pela prática, em tese, dos delitos inscritos nos arts. 297, 304 e 312, todos do Código Penal (e-STJ fl. 53).

Narram os autos que os recorrentes, "*mediante falsificação da assinatura da magistrada titular da Comarca em diversos alvarás judiciais, levantaram valores depositados em contas judiciais vinculadas ao Juízo Cível*" da Comarca em que atuavam (e-STJ fl. 50).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 104):

297, CAPUT, CÓDIGO PENAL (FALSIFICAÇÃO DE HABEAS CORPUS – ARTIGO DOCUMENTO PÚBLICO), ARTIGO 304, CAPUT DO CÓDIGO PENAL (USO DE DOCUMENTO FALSO) E DO ARTIGO 312, CAPUT DO CÓDIGO PENAL (PECULATO) – ADVOGADOS QUE, EM COMUNHÃO DE DESÍGNIOS, DESVIARAM RECURSOS DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS SOB A GUARDA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ - PRISÃO PREVENTIVA - PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DOS PACIENTES PARA SALA DE ESTADO MAIOR OU, NA SUA FALTA, FIXAÇÃO DE PRISÃO DOMICILIAR EM RAZÃO DOS ADVOGADOS ESTAREM RECOLHIDOS EM ESTABELECIMENTO SEM CONDIÇÕES DE RECEBÊ-LOS – NÃO ACOLHIMENTO – OFÍCIO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL QUE INFORMA QUE OS PACIENTES ESTÃO EM ALA NOVA DA UNIDADE DOTADA DE BOAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, – ADEMAIS, QUESTÃO QUE

JÁ FOI OBJETO SALUBRIDADE E SEGURANÇA DE ANÁLISE EM OUTRO HABEAS CORPUS IMPETRADO EM BENEFÍCIO DE MÁRCIO SALGADO - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADA A ORDEM.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade da manutenção dos recorrentes, advogados, em acomodação não equivalente à de Estado-Maior (e-STJ fl. 129).

Assere que há relatório de vistoria da OAB/PR que atesta a inadequação da acomodação aos ditames legais e jurisprudenciais (e-STJ fl. 132).

Diante dessas considerações, pede, liminar e definitivamente, a substituição da prisão preventiva por domiciliar (e-STJ fl. 135).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao que parece, *"a ala em que o paciente se encontra possui estrutura relativamente nova, com pintura recente, dotada de boas condições de higiene e salubridade, tendo a cela 30m2. Consta no ofício, ainda, que os horários de banho e de sol não são realizados com presos comuns, mas somente com os presos com direito a prisão especial (portadores de diploma de nível superior, integrantes ou ex-integrantes de forças de segurança, servidores ou ex-servidores públicos atuantes no sistema de persecução penal)"* (e-STJ fl. 108), circunstância que, em uma análise perfunctória e não exauriente, autoriza a manutenção dos recorrentes no local onde se encontram custodiados.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

